

## Romance, Propriedade e Liberdade em Iaiá Garcia, de Machado de Assis

Maria do Socorro Fonseca de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca analisar as relações sociais entre senhores e agregados na Corte Imperial oitocentista, em uma época em que a escravidão dava seus últimos suspiros. O estudo se dá a partir dos personagens Luís Garcia e o agregado Raimundo – escravo alforriado - do romance Iaiá Garcia, publicado por Machado de Assis em 1878. O cerne da pesquisa gravita em torno das batalhas silenciosas travadas cotidianamente por patronos e dependentes, considerando a questão da alforria não apenas como concretização da vontade senhorial, mas como conquista do cativo, em um sistema no qual a negociação pesava mais do que a imposição.

**Palavras-chave:** História. Literatura. Senhor-agregado. Iaiá Garcia. Machado de Assis.

---

### Romane, Property and Freedom in Iaiá Garcia, de Machado de Assis

**Abstract:** This study aims to analyze the social relations between comperes and aggregates in nineteenth-century imperial court at a time when slavery was in its last throes. The study starts from the characters Luis Garcia and aggregate Raimundo - freed slave – of Iaiá Garcia romance, published by Machado de Assis in 1878. The focus of research revolves around the silent battles fought daily by patrons and dependents, considering the issue of manumission not only as the embodiment of comperes's will, but as a conquest of the captive, in a system in which trading weighed more than the imposition

**Keywords:** History. Literature. Compere-Aggregate. Iaiá Garcia. Machado de Assis

---

### Romance, Propiedad y Libertad em Iaiá Garcia, de Machado de Assis

**Resumen:** Este estudio tiene como objetivo analizar las relaciones sociales entre los maestros y los agregados en el siglo XIX la corte imperial, en un momento en que la esclavitud estaba dando sus últimos suspiros. El estudio parte de los personajes de Luis García y el agregado Raimundo - esclavo liberto - novela de Missy García, publicada por Machado de Assis, en 1878. El núcleo de investigación gira implica las batallas hechas en silencio todos los días por los patronos y dependientes, considerando la cuestión de la emancipación no sólo logro de la voluntad patronal, sino como conquista por parte del cautivo, en un sistema en el que el negociar era aún más importante que imponer cosas.

**Palabras clave:** Historia. Literatura. Senhor-Agregado. Iaiá Garcia. Machado de Assis.

---

### “Resíduos do vivido”: a literatura como fonte historiográfica

No decorrer do tempo, o historiador tem procurado subsídios em diversas fontes que o auxiliem na escrita da História. A partir do início do século XX, com o advento da Nova História, ampliaram-se as possibilidades de fontes, o que ultrapassou a sacralização dos discursos contidos nos documentos oficiais que tratavam de imortalizar apenas os grandes homens.

Dentre essas novas fontes, a saber: iconografia, manuscritos, oralidade e documentos diversos, a literatura foi se mostrando uma importante aliada do historiador e a partir de então não mais utilizada como fonte refutável, mas interrogada de outras maneiras que possibilitaram a ampliação do seu uso devido e seu poder de representação.

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado da Bahia.

Com a geração dos *Annales*, a história factual perdeu espaço para a história-problema e os textos oficiais deveriam ser confrontados pelo pesquisador, a outros tipos de fonte e desse modo a pesquisa historiográfica seria enriquecida. Para Febvre, os textos interessavam sim à pesquisa histórica, mas não eram a única fonte a ser considerada e essa valorização exacerbada do documento oficial deveria ceder espaço para outras possibilidades de textos, tais quais “um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos da história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência” (FEBVRE, s. d., p. 31).

Para proporcionar uma nova forma de interrogar as fontes, a História Social possui um importante papel, destacando os marginalizados da história, pessoas que foram esquecidas por muitas décadas pelos historiadores ou relegadas a papéis secundários.

A História Social trouxe à tona as experiências e relações de poder estabelecidas cotidianamente por escravos, mulheres, operários e toda a “massa submersa” da sociedade.

Partindo do pressuposto de que Literatura e História podem e devem dialogar, deve-se considerar que a primeira não se trata apenas de arte ou mesmo imitação da realidade, pois o que está em questão é o fato de que ao fazê-la o escritor envolveu-se a ponto de inserir nas entrelinhas as suas impressões acerca de sua época, podendo inclusive explicitá-las no texto, pois conforme Luca e Pinsk (2009) *apud* Naxara (2011, p. 112): “Literatura não é apenas uma questão de gosto: é uma questão política”.

Nesse sentido, desde o momento em que o literato determina o tema dos seus escritos, o faz por meio de alguma ideologia, de um posicionamento acerca da sociedade em que vive, seja ele afirmando ou criticando determinado comportamento. Portanto, História e Literatura não imitam a realidade, são recortes desta e ambas estão envolvidas, tendo como principal fator em comum o fato de serem narrativas.

Para validar a literatura como fonte é necessário confrontá-la com outras fontes. “[...] é possível ler as marcas da sociedade e da cultura no interior dos escritos, e de outro lado, compreender o significado deles na sociedade”. (BURKE, 1992, p. 82) e para tal é preciso ir buscar o cenário social em que a obra literária foi escrita e o público que a recebeu, conforme Celso Ferreira (2009, p. 4) : “ Como monumento, devemos restituir esse documento ao seu contexto para localizar finalmente suas várias interpretações”.

Porém, essas interpretações não podem atribuir ao texto literário a irrefutabilidade, bem como não o podem utilizar como mera ilustração para aquilo que intenciona dizer. Vejamos ainda o que afirma Magalhães acerca da relação entre história e literatura (o romance, especificamente):

[...] o romance [...] estabelece, na modernidade, um vínculo inextricável com a História. Ambos, história e romance [...] propõem-se a narrar. Narrar um acontecimento que teve, da perspectiva de quem o escreveu, um lugar e uma data, com um início, um desenrolar e um fim, o qual, no entanto, não está morto ou acabado, mas que abre sempre outro horizonte de expectativas. Narrar a vida e feitos de indivíduos que, fictícios ou não, viram-se envolvidos com experiências que mudam seu percurso, inclusive, de seu interior. (MAGALHÃES, 2006, p. 4)

Portanto, podemos encarar o romance como relato verossímil, um recorte da realidade social e do indivíduo. Do ponto de vista da estrutura textual, embora autor e narrador não sejam a mesma pessoa, a existência do narrador se dá por meio das palavras do autor e a narrativa surge por meio de saberes e valores deste último, que escolhe o que será dito e a maneira de dizer, excluindo assim qualquer possibilidade de imparcialidade dentro do texto (REUTER, 2011. p. 128). Conforme Nagamine Brandão (2006, p.76), esse texto é o espaço onde o sujeito interage com o outro, construindo assim a sua identidade.

Desse modo, embora o romance se constitua um resíduo da realidade, como quer Alfred Döblin, ele não estabelece compromisso com o real, muito embora venha assumindo o papel de relatar acerca da sociedade e do indivíduo (DÖBLIN, 2006, p. 25).

O tempo e o lugar da escrita também assumem grande importância na fabricação do texto literário, principalmente por terem a capacidade de lhe atribuírem os efeitos do real. O próprio Machado de Assis será mestre em atribuir efeitos de verossimilhança em seus textos, conforme veremos posteriormente.

O século XIX viu surgir inúmeras transformações na sociedade brasileira: estruturas políticas que se modificavam, escravos que se emancipavam. Novas relações se estabeleciam embora havendo reminiscências de outras épocas. Machado de Assis nos escreveu como espectador desse desfile de permanências e rupturas, nos envolvendo em sua criticidade e na ironia de seus comentários.

Ao historiador cabe o papel da reinterpretação do mundo dos textos e dos leitores (SILVEIRA, 2007, p. 120). Assim, trazendo para nosso objeto de análise, é nosso dever observar a “atmosfera” do Segundo Império, no qual Machado de Assis estava mergulhado, bem como o perfil dos seus possíveis leitores.

Não devemos nos reter apenas no que está explicitado no corpo do texto, pois, assim como as demais fontes, o texto literário deve ser interrogado e em se tratando de Machado, as entrelinhas não devem ser desprezadas, pois quando e onde o texto silencia, é lá onde está escondida a preciosidade. Bloch (2001) compara o historiador ao ogro da lenda que fareja sua presa, a carne humana e é este o nosso desafio.

A ideia desta pesquisa surgiu pelo desejo de unir História e Literatura em torno das relações sociais na corte oitocentista, utilizando como fonte um romance que até então não fora considerado relevante para a carreira de Machado de Assis. Desse modo, optamos por escolher um personagem de pouca visibilidade no enredo romanescos: um agregado alforriado cuja função era tratar dos afazeres domésticos e zelar pela filha do seu senhor. Contudo, ao longo do enredo é notória a maneira como Raimundo – o criado – consegue que sua vontade se sobressaia, e é neste ponto que a obra torna-se indispensável para a análise do objeto escolhido.

Interessam-nos as condições às quais o homem livre estava exposto na corte, retratadas por Machado de Assis em seu romance *Iaiá Garcia* (1878), que trata de amores reprimidos, favores, famílias ricas e seus agregados. A obra em questão marcou o fim da considerada fase romântica e “desagradavelmente conformista”<sup>2</sup> do escritor; segundo o que afirma Robert

---

<sup>2</sup>Em sua obra *Ao vencedor as batatas* (2000), Robert Schwarz, compara os primeiros romances machadianos às obras de José de Alencar, exaltando a ingenuidade deste último e criticando o modo pelo qual Machado de Assis parecia explicar ou justificar a organização da sociedade paternalista. Considerando-o conformista pelo fato de representar

Schwarz (2000, p. 83), fez parte de uma leva de romances que foram ofuscados pelas demais obras publicadas na fase realista<sup>3</sup> do autor.

Em uma época de poucas tipografias e leitores escassos, quando as letras não rendiam bom dinheiro, Machado foi recorrente em tratar o tema da família e das relações de paternalismo na sociedade carioca em sua primeira fase de romances. Em se tratando de sua fase realista, ele se aprofundou na análise psicológica dos seus personagens, acrescentando uma dose considerável de ironia e sarcasmo, ele captou as imperfeições do homem camufladas por uma capa de seriedade e hipocrisia.

Trataremos aqui acerca das relações entre senhores e trabalhadores livres, desviando o olhar dos protagonistas romanescos e focando naqueles que, sutilmente, da maneira que lhes aprouve, conseguiram alguns privilégios, numa sociedade em que a cor da pele e o sobrenome determinavam quem iria mais longe.

Segundo Costa, os agregados podem ser definidos como

os indivíduos que se incorporassem a domicílios já constituídos e que, por via de conseqüência, passassem a manter com os chefes dos mesmos um relacionamento de caráter pessoal que assumiu historicamente as mais diversas formas, excluídas a subordinação absoluta (escravismo) ou condicional (feudalismo) e, evidentemente, o assalariamento puro e simples. Também podiam passar a ser considerados agregados os que, embora já integrantes do domicílio, viessem a experimentar importante mudança de status; tomado, este último termo, em sua mais larga acepção. (COSTA, 1994, p. 1).

É esse perfil de agregado que nos interessa, em substituição ao antigo ideal de agregado carregado de inércia e sem vontades próprias que por muito tempo esteve presente nos estudos acerca das relações de paternalismo.

A história tem início em 5 de outubro de 1866, quando Luís Garcia recebe a intimação de Valéria, convocando-o para comparecer à sua casa. Daí em diante tem início uma trama de amores não correspondidos, mentiras, ciúmes, lealdade, favores e dependências. Tudo de acordo com o romantismo<sup>4</sup> literário da época, com a vantagem de ser ao estilo machadiano.

---

a “santidade da família”, como paradigma norteador dessa sociedade, além de elogiar a dignidade do indivíduo, o que para Schwarz, causaria alergia ao leitor.

<sup>3</sup> Geralmente as obras machadianas são classificadas como românticas ou realistas, porém atualmente chegou-se a conclusão de que ele transitou por entre essas escolas literárias durante a produção de suas obras. Segundo Reuter (2011, p. 157), o realismo busca o efeito de semelhança através da leitura de duas realidades: a do texto e a do não texto. Nele o autor busca o máximo efeito de verossimilhança, utilizando nomes de locais reais, e personagens referenciais (políticos, famosos, operários). Foi uma escola predominante no Brasil durante o século XIX.

<sup>4</sup> O romantismo literário surgiu na Europa ainda no século XVIII e tem como principais características o idealismo, sentimentalismo, pessimismo, nativismo e nacionalismo. No Brasil os grandes representantes dessas escolas literárias são Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo e Castro Alves. Machado de Assis trouxe algumas das características do romantismo às suas obras da primeira fase, porém não se ateve a elas, transitando por mais de uma escola, a saber o Naturalismo e o Realismo.

Nada de especial para um romance do oitocentos, não fosse a existência de dois núcleos permeados pelas relações entre senhores e agregados/dependentes. No primeiro, Valéria representa a classe senhorial, enquanto Luís Garcia, Camargo e Estela correspondem aos agregados. No segundo núcleo está Luís Garcia – agora como senhor – e Raimundo como o agregado.

### **“Escravo e feliz”: o caso do preto Raimundo**

No trecho que se segue, procuramos estabelecer relações entre o contexto da escravidão no Brasil após a Lei do Ventre Livre e a história do preto Raimundo contada por Machado de Assis, em sua obra *Iaiá Garcia*.

*Iaiá* não gozou de muito sucesso e não é das obras mais destacadas do autor. Segundo a crítica literária, trata-se de um romance sem humor, enjoativo e previsível. A história conta de uma senhora de família abastada que, temendo o envolvimento do filho com uma moça simples, solicita favores de outro dependente – Luís Garcia – para ajudá-la a convencer o filho a partir e lutar na Guerra do Paraguai<sup>5</sup>. Jorge – o filho – decide partir e prestar seus serviços militares, voltando afamado, anos mais tarde. Ao retornar, descobre que sua mãe está morta.

No período em que estava no campo de batalha, Jorge abre seu coração para Luís Garcia e confessa-lhe por carta que o motivo que justifica sua ida à Guerra trata-se do amor a uma moça que o despreza. Luís, porém, não toma conhecimento de que a moça é Estela. Antes de morrer e temendo a ressurreição dos amores entre Estela e Jorge, sua mãe arranja o casamento da agregada com Luís Garcia – viúvo e pai da garota Lina Garcia (*Iaiá*).

O texto possui alguns “núcleos” nos quais poderíamos nos deter acerca das relações de paternalismo, porém, o que nos interessa aqui é um caso especial, de um personagem secundário, citado em apenas quinze momentos do romance: o preto Raimundo. “Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia. Era um preto de cinqüenta anos, estatura mediana, forte, apesar de seus largos dias, um tipo de africano, submisso e dedicado. Era escravo e feliz”. (ASSIS, 1871, p. 2.)

Raimundo surge logo na segunda página da história como escravo de Luís Garcia, um alguém que era fiel, que lhe fazia as vontades, além de ajudá-lo a criar a menina Lina. O curioso, no entanto, é que o narrador nos afirma que Raimundo era “escravo e feliz”, um alguém que “parecia” feito para o serviço de seu senhor e que além de tudo o servia alegremente.

O fato de Machado escrever *parecia*<sup>6</sup> nos chamou atenção. Primeiro, porque ao se tratar de Machado de Assis, nenhuma palavra pode ser descartada, segundo, porque ela sugere que Raimundo não era tão submisso quanto precisava parecer.

Sabemos que cotidianamente o cativo precisava jogar no campo de poder do outro que na grande maioria das vezes era branco e livre. Conforme Wlamyra de Albuquerque (2006, p. 67): “Nas cidades, a maioria dos cativos pertencia a pequenos escravistas, gente que no máximo

---

<sup>5</sup> Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870) muitos senhores alistavam compulsoriamente seus escravos a fim de se livrarem das obrigações com a pátria, outros cativos mudavam os nomes e alistavam-se na esperança de retornarem vivos e receberem a liberdade, pois o governo pagava 1 conto e 200 mil réis pela alforria dos escravos que se arriscavam na guerra.

possuía um ou dois escravos”. Por isso, não eram apenas os grandes senhores que tinham interesse na manutenção da escravidão. Este era o caso do antigo dono de Raimundo, Luís Garcia. “Quando Luís Garcia o herdou de seu pai, — não avultou mais o espólio, — deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo, e amava-o como se fora seu filho” (ASSIS, 1871, p.2).

Ao que parece, Raimundo e Luís tinham apenas um ao outro e ambos a Iaiá Garcia. Raimundo, ao ser herdado por Luís, foi “premiado” com a alforria, mas se observarmos o trecho até o final, veremos que a relação senhor-escravo estava muito além da prestação de serviços. Ora, Raimundo amava o patrão como a um filho, e entre eles havia apenas nove anos de diferença. O estado em que se encontravam parecia não ter deixado outra escolha senão esta do amor e da boa convivência.

Ao contrário do que se costuma pensar, o cativo não era uma mera propriedade do senhor, sujeita às suas vontades. Os escravos possuíam táticas para resistir ao cativo que lhe havia sido imposto, e esses mecanismos não se resumiam apenas a rebeliões, fugas e ao uso irrestrito da violência. Para Albuquerque (2006, p.68), “[...] em terra de branco, a sobrevivência significou abrir caminhos para tornar a vida mais suportável”. E isso significava o esforço cotidiano para modificar e mesmo subverter as condições de domínio escravista. Ou seja, no caso de Raimundo e Luís, a amizade era o caminho mais viável.

O principal meio de sobreviver estava no relacionamento com seu proprietário, pois desse modo ele poderia conseguir benesses, ao passo que para o senhor esse consistia no método mais vantajoso de lidar com sua propriedade, evitando longas e dispendiosas buscas aos fugitivos ou correndo o risco que eles se suicidassem ou não realizassem o serviço tal qual havia lhe ordenado.

Raimundo poderia não ter outra escolha, pois precisava do abrigo e da proteção que a casa dos Garcia poderia lhe proporcionar. Neste caso, a liberdade não lhe daria, aparentemente, grandes vantagens, já que não seria viável, ao que parece, sua permanência na casa. “Feito estritamente pra servir”, esta foi a descrição de Raimundo, e, além disso, amava seu senhor e o havia carregado no colo quando moleque. Trata-se de uma cena comum nas relações entre senhores e dependentes, pois a necessidade que um possuía do outro fazia com que as relações se tornassem mais amenas em certos casos.

Certamente esse comportamento fiel e amigável do escravo induziu o proprietário a alforriá-lo, uma vez que o narrador do romance nos afirma que ele não hesitou em conceder-lhe a liberdade.

Desse modo, podemos observar que ao romancista não cabia apenas o papel de distrair o “leitor amigo”, como diria Machado, nem fazer a arte pela arte.

[...] recai sobre o autor uma dupla tarefa: [...] oferecer uma reconhecível e convincente realidade, se não temporal, com certeza espacial; de outro lado, fazer algo para que o romance se integre nesta realidade, que represente uma parte dela. (DÖBLIN, 1938, p. 17).

Por ora, ocupemo-nos de Raimundo: ou escravo, ou feliz. Mas não julguemos. O preto habitava a casa dos Garcia desde sua infância, possivelmente tenha nascido por lá, filho de

algum cativo, eram amigos de infância, das muitas brincadeiras e possíveis reações. O que lhes diferenciava era a condição do nascimento, a cor, o cativo.

No século XIX, o Brasil passava por algumas transformações que seriam determinantes para sua organização política e social para a posteridade, algumas herdadas ainda do século XVIII. A partir da abolição do tráfico internacional, em 1850, o cativo começaria a ser freado com mais eficácia:

[...] a cessação do tráfico africano estancaria o aumento contínuo da heterogeneidade que dificultava as perspectivas futuras de construção da nação. [...] quanto aos escravizados existentes no país, africanos ou não, era preciso promover a emancipação gradual deles para que se tornassem trabalhadores livres e se integrassem à sociedade. (CHALHOUB, 2012, p. 42).

Após a lei que pôs fim ao contrabando dos africanos, outro projeto de lei traria debates acalorados aos gabinetes ministeriais: a Lei do Ventre Livre, que estancaria a fonte, fazia com que “todos aqueles nascidos em solo brasileiro nascessem livres”. A lei do nascituro causou muitas querelas entre as alas liberal e conservadora, pondo em xeque a escolha entre o direito à liberdade e o direito à propriedade privada. Com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871, a abolição teria seus passos aligeirados pelas pressões internas, que se tornavam cada vez mais incontroláveis, e ainda pelos interesses de outras nações.

Raimundo é descrito por Machado sem tom de ironia, como escravo e feliz. Alguém subserviente e “feito expressamente para servir” ao seu senhor. Porém existe aí uma peculiaridade: O escravo feliz gozava de outra liberdade, uma vez que a ideia da alforria não lhe deixou satisfeito tendo ele preferido viver com seu senhor até o fim da vida. O que para muitos poderia parecer “meia liberdade”, era, para Raimundo, a melhor forma de conduzir sua vida daí em diante:

Quando Luís Garcia o herdou de seu pai, — não avultou mais o espólio, — deu-lhe logo carta de liberdade. Raimundo, nove anos mais velho que o senhor, carregara-o ao colo, e amava-o como se fora seu filho. Vendo-se livre, pareceu-lhe que era um modo de o expelir de casa, e sentiu um impulso atrevido e generoso. Fez um gesto para dilacerar a carta de alforria, mas arrependeu-se a tempo. Luís Garcia viu só a generosidade, não o *atreimento*; palpou o afeto do escravo, sentiu-lhe o coração todo. Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu. (ASSIS, 2010, p.2)

A alforria consistia num direito exercido pelo senhor quando bem lhe aprouvesse e também numa possibilidade de liberdade ao cativo, que, para alcançá-la, sujeitar-se-ia a determinadas imposições. Luís Garcia exercera seu direito senhorial, que mesmo quando “perdia” sua propriedade, o fazia por vontade própria.

A violência e o horror do cativo são inegáveis, porém não podemos relegar ao cativo o papel de coadjuvante, uma vez que ele não estava ali como coisa ou pura extensão da vontade senhorial: Raimundo recusou-se àquela liberdade imposta, quis dilacerar a alforria, achou ser

ela um meio de repeli-lo de casa, negou-se em um remate, porém retrocedeu para não parecer atrevido, estabeleceram um pacto.

Nesse episódio podemos observar uma questão crucial: a liberdade ganhava diversas interpretações naquela sociedade escravista. Em alguns casos ela viria representada pela fuga, pelo pedido de venda, pelos boicotes nos serviços do senhor. Agindo assim, eles poderiam sentir-se livres, mas Raimundo não. O conceito de liberdade perpassava por outros campos que não necessariamente a ausência do cativo (LARA, 1998, p. 36.). Ele recusava-se a viver avulso em meio aos riscos que a corte oferecia a um homem de cor.

Por outro lado, a alforria, nas mãos dos senhores, consistia na intenção de gerar um novo perfil de dependente, fiel e submisso, grato. Observamos então a indefinição do status: livre ou cativo? Afinal de contas, por que Luís Garcia alforriara o preto? Garantia de fidelidade e bons serviços? Medo da solidão na velhice, uma vez que dispunha apenas de uma filha? É sabido que a partir de 1860 as alforrias foram tornando-se uma constante nos hábitos senhoriais. Bastava uma data festiva, um aniversário que fosse. Lá estavam os amigos e a imprensa para prestigiar tão nobre anúncio.

O que sabemos por ora é que Raimundo passara de escravo a homem livre dependente: “Entre um e outro houve um pacto que para sempre os uniu”. (ASSIS, 1878, p. 2) e passou a integrar as estatísticas que nos mostram a imensa quantidade de escravos domésticos existentes na corte daquela época e que transitavam diariamente na euforia do Rio de Janeiro oitocentista:

Os cativos se movimentavam bastante pelas ruas do Rio, e se tornava mais difícil identificar prontamente as pessoas e os sentidos de seus movimentos. O meio urbano misturava os lugares sociais, escondia cada vez mais a condição social dos negros, dificultando a distinção entre escravos, libertos e pretos livres, e desmontando assim uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações. (CHALHOUB, 2003. p. 239).

Ao sair na rua, Raimundo poderia ser facilmente confundido com um cativo e até poder explicar-se e mostrar sua alforria, sofreria maus bocados. Sidney Chalhoub nos afirma que havia um peso na consciência brasileira referente ao fato de o Brasil ser o único a preservar o cativo. O exterior nos olhava feio, os partidos enfrentavam-se. Havia a vontade e a necessidade de emancipar, mas aos belos discursos de nossos políticos, faltava a mínima ação possível para que a abolição se fizesse real.

Essa ideia nos remete à afirmação de Perdigão Malheiro (1976), quando assevera que os senhores passaram a tratar melhor seus escravos a partir da lei de 1850 e que desde então passa a haver um maior nivelamento social e que ao vê-los na rua ninguém os reconheceria como tais. Mas o caso do preto Raimundo nos leva a crer que os escravos tiveram mais parte nessas mudanças do que se pode imaginar.

As táticas para sobreviver em meio ao sistema escravista poderiam ser travadas cotidianamente e não necessariamente por meio de vingança ou violência. A tática, segundo Certeau (1998, p. 100), nada mais é do que a ação calculada no lugar do outro, dentro do campo

alheio, aproveitando ocasiões, aproveitando-se das brechas do poder, estando no não lugar e travando batalhas cotidianas rumo à sobrevivência.

O que Raimundo faria lá fora? Num mundo de brancos, ele seria mais um livre sem trabalho certo, sujeito às intempéries do momento. Poderia ser confundido com um cativo, ser preso. E a ideologia senhorial perpassava justamente por essas possibilidades. A concessão da alforria era uma forma de cativar o escravo, literalmente. Assim como em Memorial de Aires, o Barão de Santa Pia tinha certeza de que alforriando os escravos a grande maioria ficaria trabalhando com ele, fosse ganhando um valor simbólico, fosse de graça, ou pelo simples gosto de morrer onde haviam nascido.

Machado toca nesse ponto: a gratidão, que é um modo silencioso de dominar:

— És livre, disse Luís Garcia; viverás comigo até quando quiseres. Raimundo foi dali em diante um como espírito externo de seu senhor; pensava por este e refletia-lhe o pensamento interior, em todas as suas ações, não menos silenciosas que pontuais. Luís Garcia não dava ordem nenhuma; tinha tudo à hora e no lugar competente. (ASSIS, 2010, p. 2)

Neste caso, a obra de Machado segue como um resíduo do real; o autor afirma que as relações domésticas os fizeram amigos: “Quaisquer que fossem as diferenças civis e naturais entre os dous, as relações domésticas os tinham feito amigos”. (ASSIS, 2010, p.2). Ou seja, as diferenças continuavam ali, mesmo após a alforria e depois de Luís “sentir-lhe” o coração. As condições não haviam se alterado, apenas a nomenclatura de Raimundo: era livre, poderia partir quando quisesse. Mas para onde?

Fique claro que está em xeque o escravo-sujeito, senhor de suas ações. Aqueles que, assim como Raimundo, sabiam reconhecer onde deveriam estar em determinado momento a fim de sobreviver em meio aos instantes finais da escravatura.

Embora o espaço temporal da história seja o momento da Guerra do Paraguai, o tempo do autor situa-se à época da Lei do Ventre Livre. Machado estava ciente de que a escravidão no Brasil não iria muito longe e os senhores da época também. Emancipar se fazia necessário, estabelecer relações de trabalho livre também. As campanhas abolicionistas começavam a ganhar força e viriam a ser o motor para a falência da instituição, aliada à necessidade do Brasil de adaptar-se à lógica capitalista com a qual o cativo não era compatível.

A própria Lei do Ventre Livre seria um marco para o início do fim, pois, conforme Vasconcelos (1996, p. 21): “[...] buscava realizar a transição da mão de obra escrava para a livre, sem grandes transtornos ou rupturas que pusessem em risco os interesses das elites proprietárias e o ônus, de fato, fosse destinado aos escravos”. Para Sidney Chalhoub:

Embora se discuta e muito se afirme, no caso de Perdígão Malheiro<sup>7</sup>, que eram os senhores os responsáveis por essa nova configuração de escravidão – agora uma quase liberdade –, até que ponto não eram os próprios escravos

---

<sup>7</sup>O autor faz referência a MALHEIRO, Perdígão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes. 1976.

os responsáveis por essa transformação nas relações de poder? (CHALHOUB, 2003, p. 270).

Raimundo, além de atributos domésticos, possuía uma particularidade: conversava com seu antigo dono as coisas do dia a dia ( posto que eles não possuíssem mais ninguém) e também tocava marimba<sup>8</sup> nos finais de tarde, aparentemente para distrair seu senhor. Contudo, sua intenção era recordar as coisas d'África. Conforme o trecho a seguir:

[...] à tarde, para conversar com o antigo senhor, no jardinete, enquanto a noite vinha caindo. Ali falavam de seu pequeno mundo, das raras ocorrências domésticas, do tempo que devia fazer no dia seguinte, de uma ou outra circunstância exterior. Quando a noite caía de todo e a cidade abria os seus olhos de gás, recolhiam-se eles a casa, a passo lento, à ilharga um do outro (ASSIS, 2010, p.2).

Pode parecer ousado afirmar que essa relação senhor-agregado consistia em uma nova configuração familiar: Machado não menciona outros entes, a não ser a garota Lina Garcia, da qual trataremos mais tarde, ou o pai do senhor, que morrendo lhe legara o escravo, agora forro. Grosso modo, eles não possuíam outras possibilidades, pois Luís de início não demonstrava interesse em casar-se novamente, o próprio Machado o descreve como o “ermitão de Santa Tereza”.

Raimundo, por sua vez, gostava de lembrar os tempos de África por meio da música, que por sinal passou a conquistar a sociedade carioca, misturando-se a outros ritmos europeus.

— Raimundo hoje vai tocar, não é? dizia às vezes o preto.  
— Quando quiseres, meu velho. Raimundo acendia as velas, ia buscar a marimba, caminhava para o jardim, onde se sentava a tocar e a cantarolar baixinho umas vozes de África, memórias desmaiadas da tribo em que nascera. O canto do preto não era de saudade; nenhuma de suas cantilenas vinha afinada na clave pesarosa. Alegres eram, guerreiras, entusiastas, fragmentos  
épicos, resíduo do passado, que ele não queria perder de todo, não porque lastimasse a sorte presente, mas por uma espécie de fidelidade ao que já foi (ASSIS, 2010, p.2).

Raimundo surge nos primeiros capítulos do romance, quando o narrador inicia a descrição dos personagens, ganha destaque pelo papel que desempenha junto ao seu senhor e pelo amor que dispensa à menina Lina. Assim que Luís Garcia se casa, Raimundo desaparece da trama, reaparecendo a partir do décimo capítulo, quando Iaiá já é mulher feita e começa a ser cortejada por Procópio Dias, enquanto está apaixonada por Jorge.

Essa divisão da obra nos causa a impressão de que Machado queria destacar as relações familiares em que o escravo/agregado muitas vezes exercia papel de destaque. Na obra, os

---

<sup>8</sup> Instrumento de percussão de origem africana.

cuidados com Iaiá Garcia eram atribuídos a Raimundo, mas logo que surge uma figura feminina/materna na casa, o preto desaparece para então retornar quando a menina inicia sua vida amorosa.

É Raimundo quem irá acompanhar a menina aos encontros com Jorge. Fica explícito que desde o início o preto havia percebido a paixão do casal que anteriormente trocava farpas na frente de todos e repentinamente passa a nutrir grande amizade um pelo outro. “Raimundo sorria entre dentes” (ASSIS, 2010, p. 78). Se ele quisesse delatar os dois, o teria feito, pois tinha livre acesso ao seu senhor, mas ao que tudo indica ele era favorável ao namoro dos dois e contra qualquer aproximação de Iaiá e Procópio Dias, que pretendia casar-se com a garota.

No capítulo XV, Luís Garcia falece. É o acontecimento decisivo para o desfecho da história. “Raimundo não pôde ver expirar o senhor; correu ao jardim, onde ficou longo tempo sentado no chão, com a cabeça encanecida entre os joelhos, sacudido pela violência dos soluços” (ASSIS, 2010, p.84). Rompia-se o laço de toda uma vida de dedicação ao amigo e senhor.

Agora Raimundo tinha o peso de cuidar para que Lina não escolhesse o caminho errado, reatando com Procópio Dias. A suspeita de que a madrasta nutrisse algum amor pelo noivo Jorge fez com que Iaiá lhe enviasse um bilhete desfazendo o noivado, ao passo que escreveu uma carta a Procópio Dias dizendo-se disposta a casar com ele o quanto antes. A carta foi entregue aos cuidados de Raimundo, que

chamado para levar essa carta, recebeu-a depois de alguma hesitação. Olhou para o papel e para a sinhá-moça. Depois sacudiu a cabeça com um ar de dúvida. Iaiá simulou não ver nada, mas o gesto do preto impressionou-a. Ia afastar-se, Raimundo reteve-a dizendo:

— Iaiá me desculpe... Esta carta... Raimundo não gosta de falar àquele homem.

— Não lhe fale; basta deixar a carta em casa dele.

Raimundo não insistiu; acompanhou com os olhos a filha de seu antigo senhor, abanando a cabeça com o mesmo ar de alguns momentos antes. Depois olhou para a carta, como se quisesse adivinhar o que ia dentro. Não era só pressentimento, mas também dedução do que ele via naquelas últimas semanas. Tinham-lhe dado notícia do casamento; falara-se nisso todos os dias antes da morte de Luís Garcia. Morto este, cessou toda a alusão ao projeto, que parecia dever executar-se dentro de pouco tempo. O coração do preto dizia que aquela carta era alguma coisa mais do que um recado sem consequência. (ASSIS, 1878, p. 87).

Porém, Raimundo comportou-se com a mesma insubordinação que quase lhe custou a carta de alforria: resistiu em obedecer às ordens de Iaiá, quis negar-se, cogitou delatar a atitude da moça à madrasta, mas voltou da decisão para não parecer infiel. Machado nos diz que o criado havia observado a movimentação da casa nos últimos dias e notara que a atitude de Iaiá lhe traria consequências.

Ele poderia estar preocupado com a felicidade da quase filha, contudo, o casamento de Iaiá com um homem com o qual não possuía bom relacionamento poderia causar-lhe o fim da situação estável que gozara até então. Jorge não lhe traria preocupação, uma vez que havia dado apoio ao amor dos dois. Após a morte dos seus senhores, o escravo alforriado estava

lançado num mundo de incertezas. A atitude de Raimundo foi decisiva para o futuro das herdeiras de Luís Garcia, pois esclarecido o equívoco entre Estela e Lina tudo estaria perdido, não fosse a desobediência do preto:

A felicidade tinha um travo de desgosto e humilhação; o coração tremia de medo. Quando mais absorta estava nesse contraste de sensações, viu Raimundo transpor a porta do jardim.

laiá foi ter com Raimundo.

— Entregaste?

— Não entreguei, disse o preto.

laiá ficou alguns instantes imóvel. Raimundo tirou a carta do bolso, e esteve com ela nas mãos, sem atrever-se a levantar os olhos; levantou-os enfim e disse resolutamente:

— Raimundo não achou bonito que laiá escrevesse àquele homem, que não é seu pai nem seu noivo, e voltou para falar a nhã Estela.

— Dê cá, disse a moça secamente; não é preciso.

Raimundo entregou-lhe a carta, e sacudiu a cabeça encanecida, como se quisera repelir os anos que sobre ela pesavam, e retroceder ao tempo em que laiá era uma simples criança, travessa e nada mais. Tinha-lhe custado a resolução; três vezes investira a porta de Procópio Dias para obedecer à filha do seu antigo senhor, e três vezes recuara, até que venceu nele o pressentimento, — uma cousa que lhe martelava no coração [...] (ASSIS, 1878, p. 88)

A partir da ação de Raimundo, o casamento de Jorge e laiá finalmente aconteceu e esta se libertou dos estigmas de um nascimento medíocre e foi “acolhida” pela sociedade carioca. A madrastra Estela, por sua vez, livrou-se dos laços da dependência, arranjando trabalho em uma escola paulista. Não se faz menção ao destino de Raimundo, que possivelmente tenha continuado em casa de laiá.

Coincidentemente o romance termina em 1871, ano em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Esse fato não pode ser isolado, pois observando com cuidado o desenrolar da história, é possível notar o modo como Machado percebia toda a movimentação em torno da causa abolicionista. Segundo Guimarães, Machado era

Um escritor que odiava a escravidão e, a seu modo fez de tudo para combatê-la, mas que também tinha a convicção de que os efeitos do escravismo eram profundos demais para serem eliminados por meio de uma lei de modo que a euforia pública diante da abolição poderia servir para acobertar a liberdade ilusória dos escravos, apenas transferidos de um regime opressivo para outro. (GUIMARÃES, 2004, p. 261).

laiá Garcia torna notório o *modus vivendi* dos menos favorecidos na corte oitocentista. Dentro de um mesmo enredo podemos destacar laiá e Luís, Estela e seu pai, além de Raimundo — o menos favorecido devido à cor da pele. Porém, em meio a esses laços de dependência, Machado de Assis nos permite enxergar as batalhas cotidianas travadas entre agregados e seus patronos, a fim de sobreviver da melhor maneira possível às intempéries do sistema dominante.

## Considerações Finais

A literatura enquanto fonte historiográfica constitui-se como aliada do historiador, possibilitando a análise de determinado recorte espacial e temporal por meio das ideias trazidas por seu autor.

Tratando-se do primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras – Machado de Assis, sua obra possibilita não apenas divagações romanescas, e sim a visualização do emaranhado de transformações às quais o Brasil esteve submetido no final do Segundo Império.

No entanto, o pesquisador não deve considerá-lo como sendo exatamente igual à realidade, uma vez que embora possibilite várias análises acerca das estruturas sociais e determinado perfil de sociedade, ele continua a ser ficção. Porém, essa ficção trata-se de uma mímese, ou seja, uma imitação da realidade. Neste caso, o cotidiano da corte brasileira na segunda metade do século XIX, tendo como foco um núcleo familiar específico.

Nele é possível analisar as relações de poder entre um senhor de poucas posses e seu ex-escravo ao qual concedeu alforria. É possível identificar no romance *Iaiá Garcia* que as organizações familiares nesse período poderiam apresentar inúmeras configurações. Nelas, o conceito de família não estava restrito a pai, mãe e filhos, pois se estendia a outros parentes além de agregados, “protegidos” por essa família.

No caso deste romance machadiano, o perfil do criado/agregado ia da extrema fidelidade aos mecanismos que burlavam as regras de boas condutas. Raimundo utilizou-se do bom relacionamento que possuía com seu senhor, Luís Garcia, para conseguir aquilo que julgava ser a liberdade – a carta de alforria que assegurava legalmente sua condição de homem livre, aliada a sua permanência na casa do antigo dono. Isto lhe garantia proteção, sustento e ao mesmo tempo o sentimento de pertença a uma família - da qual já fazia parte, embora sem laços de sangue - uma vez que o narrador não menciona em momento algum a possibilidade de Raimundo estabelecer algum tipo de contato com parentes e amigos que não fossem Luís e Lina.

Por outro lado, Luís Garcia não estava alheio ao comportamento de Raimundo, pois o narrador menciona que em dadas situações o senhor recusava-se a ver o atrevimento do agregado, enxergando apenas a fidelidade e o amor que lhe dedicava.

Certamente pelo fato de ser viúvo – no início da trama – e aparentemente não ter com quem contar em sua possível velhice, uma vez que sua filha acabaria casando-se, e a companhia de Raimundo com a qual contava desde a infância seria a garantia de algum cuidado futuro, pois eles tinham um pacto eterno, como bem afirma o nosso narrador.

Na reta final da história, Raimundo aparece manipulando os acontecimentos conforme sua vontade, incentivando o romance de Lina com Jorge e afastando o outro pretendente com quem ele “não gostava de falar”.

Observando esse pequeno núcleo familiar de Santa Tereza é possível constatar que dentro da sociedade escravista, senhores, escravos, homens livres – brancos ou de cor -, necessitavam muitas vezes estabelecer relações de poder desse tipo, pois em muitos casos os senhores não eram abastados e de certa forma dependiam dos serviços dos seus subordinados – embora este não fosse o caso dos Garcia. Por outro lado, os homens de vida mais simples

necessitavam do favor e proteção de seus senhores, e para que as relações de paternalismo durassem da forma mais harmoniosa possível se fazia necessário que em dados momentos um ou outro cedesse, atendendo à necessidade alheia.

Raimundo conseguiu que Iaiá Garcia (Lina) se casasse com um homem de seu agrado, com o qual certamente se sentisse mais seguro em relação ao futuro, uma vez que seu amigo e senhor havia já falecido e sua permanência da casa dependia do querer de Iaiá e seu cônjuge. Ora, sabendo que o preto havia dado apoio ao namoro e acompanhado a garota aos encontros com o futuro marido, ele certamente permitiria sua estadia na casa até o final da vida, pois era já de idade avançada.

Podemos concluir que as relações entre senhores e agregados iam muito além da ideia de que um manda e o outro obedece. Existiam negociações cotidianas de ambas as partes, cada um defendendo seu espaço e seus interesses, não excluindo a possibilidade de existirem ligações afetivas entre as partes integrantes desse pacto, em um período conturbado, repleto de rupturas e permanências, no qual uma instituição de três séculos – a escravidão – é finalmente derrubada, embora muitas das ideias e práticas que a sustentavam tenham permanecido entranhadas na sociedade.

#### Referências:

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ASSIS, Machado de. **Memorial de Aires**. São Paulo: Escala, 2010.

\_\_\_\_\_. **Iaiá Garcia**. Rio de Janeiro: L&PM POCKET, 2009.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. Ed. rev., Campinas: Editora Unicamp, 2004.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**, São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis: historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história dos últimos anos de escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COSTA, Iraci Del Nero. **“Por uma definição abrangente da categoria Agregado”**. Boletim de História Demográfica, São Paulo, FEA-USP, 1 (1), 1994.

DÖBLIN, Alfred. O romance histórico e nós. In: **HISTÓRIA**, questões e debates. Curitiba, PR: Ed. Da UFPR, ano I, n. 1, 1980. Ano 23, n. 44, jan- jun. 2006.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História I**. Lisboa: Editorial Presença, s. d. p. 31.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. O Machado terra-a-terra de John Gledson. In: \_\_\_\_\_. **Os leitores de Machado de Assis** : o romance machadiano e o público de literatura no século 19. Nankin/Edusp, São Paulo, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Q. **Ser escravo no Brasil**. Trad. James Amado. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Historiadores e texto literário**: Alguns apontamentos. História Questões & Debates, [S.l.], Mai. 2007.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SILVEIRA, Cristiane de. Entre a história e a literatura: A identidade nacional em Lima Barreto. In: **Questões e Debates**, Curitiba, n. 44, p. 115-135. Editora UFPR, 2006.

VASCONCELOS, Sylvana Maria Brandão de. **Ventre livre, mãe escrava**: a reforma social de 1871 em Pernambuco. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.